RESUMO
O Transtorno do Espectro Autista (TEA) manifesta-se nos primeiros anos de vida, coincidindo com o início das relações sociais e a frequência a diferentes ambientes, como a Educação Básica. O desenvolvimento desses estudantes, em especial, pode ser promovido através de diversas estratégias e abordagens educacionais adaptadas às suas necessidades específicas. Essas possibilidades incluem intervenções precoces e intensivas, programas educacionais individualizados, apoio especializado de profissionais como psicólogos e terapeutas ocupacionais, e o uso de tecnologias assistivas. A implementação de ambientes estruturados e previsíveis, que ofereçam suporte sensorial e emocional, também é fundamental para o progresso dos estudantes autistas. Além disso, a inclusão social e educacional em ambientes educacionais regulares, com o suporte de educadores capacitados em métodos de ensino inclusivos, pode significativamente melhorar o desenvolvimento cognitivo, social e emocional desses estudantes. Sob essa perspectiva, o estudante deve ser compreendido e respeitado como um ser em desenvolvimento, necessitando de recursos planejados pelos professores por meio de atividades que respeitem seu ritmo de aprendizagem. Neste contexto, a presente pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica sobre o tema. O objetivo geral é discutir o TEA, enquanto os objetivos específicos visam compreender e detectar o modo peculiar como o estudante se posiciona no mundo, o que possibilita desenvolver práticas pedagógicas que auxiliem seu desenvolvimento em conformidade com os objetivos propostos. Os resultados indicam que a discussão sobre o tema permite repensar a inclusão escolar e os desafios enfrentados pelos professores para sua consolidação, garantindo a progressão das aprendizagens dos estudantes no contexto educacional.
Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA); Educação Básica; Educação Especial.

ABSTRACT
Autism Spectrum Disorder (ASD) manifests itself in the first years of life, coinciding with the beginning of social relationships and attendance at different environments, such as Basic Education. The development of these students, in particular, can be promoted through various educational strategies and approaches adapted to their specific needs. These possibilities include early and intensive interventions, individualized educational programs, specialized support from professionals such as psychologists and occupational therapists, and the use of assistive technologies. The implementation of structured and predictable environments that offer sensory and emotional support is also essential for the progress of autistic students. Furthermore, social and educational inclusion in regular educational environments, with the support of educators trained in inclusive teaching methods, can significantly improve the cognitive, social and emotional development of these students. From this perspective, the student must be understood and respected as a developing being, needing resources planned by teachers through activities that respect their learning pace. In this context, this research is based on a bibliographical review on the topic. The general objective is to discuss ASD, while the specific objectives aim to understand and detect the peculiar way in which the student positions themselves in the world, which makes it possible to develop pedagogical practices that help their development in accordance with the proposed objectives. The results indicate that the discussion on the topic allows us to rethink school inclusion and the challenges faced by teachers in its consolidation, ensuring the progression of students' learning in the educational context.

Keywords: Autism Spectrum Disorder (ASD); Basic education; Special education.

INTRODUÇÃO

Para que a escola promova o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é fundamental adotar uma prática pedagógica coletiva que enfatize a importância do envolvimento

familiar e implemente mudanças estruturais e metodológicas. Tais mudanças devem privilegiar metodologias de ensino que se ajustem às reais necessidades desses estudantes.
A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esta lei, fruto da luta de uma mãe para garantir os direitos de seu filho e de outras crianças, é composta por oito artigos que delineiam os direitos e benefícios básicos das pessoas com TEA.
A lei destaca o incentivo à formação e capacitação de profissionais para o atendimento dessas pessoas, bem como a orientação a pais e responsáveis. Na área educacional, impõe multas a gestores escolares ou outras autoridades competentes que se recusem a matricular estudantes com TEA ou qualquer outra deficiência.
A relevância deste tema se justifica pelo fato de que, apesar do processo de inclusão estar previsto em lei e haver inúmeros estudos sobre o Autismo, ainda existem muitos desafios na Rede Pública de Ensino que dificultam ou impedem sua efetivação.
A problemática inclui variadas questões, dentre elas, desafios discutidos na literatura, mas também a preocupação com a inserção da família no processo e a superação do fracasso escolar, aspectos que ainda precisam de desenvolvimento.
Como objetivo geral, o presente artigo visa discutir o TEA. Os objetivos específicos são compreender e detectar o modo peculiar como o estudante com TEA se posiciona no mundo, permitindo assim desenvolver práticas pedagógicas que auxiliem seu desenvolvimento de acordo com os objetivos propostos.

DESENVOLVIMENTO

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por comportamentos que comprometem o desenvolvimento motor, psicológico e, em alguns casos, neurológico, dificultando os processos cognitivos relacionados à linguagem e à interação social (LOPEZ-PISON et al., 2014).
A discussão sobre o autismo começou em 1911, com as pesquisas de Bleuler, que associava o transtorno à esquizofrenia. Em 1943, Kanner apresentou uma definição clínica específica do autismo, diferenciando-o da esquizofrenia.
O autismo era objeto de hipóteses mecanizadas por biólogos, geneticistas e psicanalistas. Então, permanece um mistério a sua verdadeira origem e sua evolução. Sendo assim, e sem dúvidas é difícil determinar se a manifestação e ativa ou voluntária dessas crianças, se tem posição com deficiências biogenéticas cujas origens ainda são ignoradas de modo que se articulam, entre si criando desordem e anarquia no universo dessas crianças (AMY, 2001, p. 19).
Diferentes conceitos têm sido associados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), variando conforme a área de pesquisa. Historicamente, termos relacionados à psicose e à esquizofrenia foram utilizados por Kanner e Asperger. Além disso, a psicologia introduziu o conceito de Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), enquanto a psiquiatria adotou o termo Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD).
Como dito, o conceito de autismo foi introduzido pela primeira vez na década de 1940 pelos psiquiatras Leo Kanner e Hans Asperger, que descreveram crianças com comportamentos incomuns, dificuldade em interações sociais e interesses restritos e repetitivos. Kanner usou o termo "autismo infantil precoce" para descrever um grupo de crianças com essas características, enquanto Asperger identificou um grupo com sintomas semelhantes, mas com habilidades linguísticas e cognitivas mais desenvolvidas, hoje conhecido como Síndrome de Asperger.
Por várias décadas, o autismo foi considerado um transtorno raro e grave, muitas vezes associado à deficiência intelectual. No entanto, a partir da década de 1980, começou-se a entender que o autismo era mais comum do que se pensava, e que suas manifestações poderiam variar amplamente, indo de indivíduos não-verbais com graves dificuldades de comunicação a pessoas altamente funcionais e verbalmente competentes (LOPEZ-PISON et al., 2014).
Com o avanço das pesquisas e o desenvolvimento de novas abordagens diagnósticas, o conceito de autismo foi expandido para incluir uma variedade de transtornos relacionados sob o termo "Transtorno do Espectro Autista" (TEA). Essa mudança foi oficializada no Ma-

nual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) em 2013, que unificou as categorias anteriormente separadas, como autismo, síndrome de Asperger e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), em uma única categoria de TEA.

Hoje, o TEA é reconhecido como uma condição multifacetada, com origens que envolvem fatores genéticos e ambientais. A ciência avançou significativamente na identificação de múltiplos genes associados ao TEA, embora ainda não exista um entendimento completo das causas exatas do transtorno. Além disso, o reconhecimento de que o autismo é um espectro levou a uma maior ênfase na personalização das intervenções e no reconhecimento das habilidades e dificuldades únicas de cada indivíduo.

Atualmente, a Neurociência classifica o autismo como uma patologia neurológica, utilizando o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esta classificação abrange o autismo, a Síndrome de Asperger e a Síndrome de Rett (CONSENZA e GUERRA, 2011).

Além disso:

É um transtorno neurobiológico do desenvolvimento que tem uma origem genética poligênica que pode afetar muitos órgãos, mas com predomínio da alteração do funcionamento do sistema nervoso central, especialmente, estruturas como o córtex cerebral, o cerebelo e áreas do sistema límbico. [...] é caracterizado por anormalidades no comportamento, envolvendo a interação social, a linguagem e a cognição, com retardo mental em 70% dos casos e convulsões em 30% deles. O diagnóstico é clínico, feito pela observação do comportamento (CONSENZA e GUERRA, 2011, p. 133).

O TEA é uma condição neurológica complexa que afeta o desenvolvimento social, comportamental e comunicativo de uma pessoa. O termo "espectro" é utilizado porque engloba uma ampla gama de características e sintomas que podem variar significativamente em termos de severidade e impacto na vida diária. Ao longo do tempo, a compreensão e o reconhecimento do transtorno evoluíram substancialmente, resultando em mudanças importantes no diagnóstico, tratamento e na percepção social desse transtorno.

O diagnóstico precoce é fundamental para o desenvolvimento e o bem-estar de pessoas com TEA. Identificar os sinais do autismo o mais cedo possível permite que as intervenções sejam iniciadas precocemente, o que pode melhorar significativamente as habilidades sociais, de comunicação e comportamentais. As abordagens terapêuticas incluem terapia comportamental, terapia ocupacional, fonoaudiologia e, em alguns casos, medicamentos para tratar sintomas associados, como ansiedade ou hiperatividade.

Além dos avanços médicos e científicos, houve uma evolução significativa na percepção social do TEA. A crescente conscientização sobre o autismo levou a uma maior aceitação e inclusão de pessoas com TEA na sociedade. Movimentos de defesa dos direitos dos autistas têm sido fundamentais para promover a inclusão educacional, social e profissional, e para combater estigmas e preconceitos (LEVENSON, 2015).

A inclusão escolar, em particular, tornou-se uma prioridade em muitos países, com a implementação de políticas que garantem o acesso de estudantes com TEA a ambientes educacionais regulares, com os apoios necessários para seu desenvolvimento. A legislação em muitos países, incluindo o Brasil, reflete esse compromisso com a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência.

O transtorno evoluiu de uma condição pouco compreendida e raramente diagnosticada para um transtorno amplamente reconhecido e estudado, com uma gama diversificada de características. O avanço no diagnóstico e nas intervenções, aliado a uma mudança na percepção social, tem permitido que pessoas com TEA vivam vidas mais plenas e integradas. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir que todas as pessoas que o apresentam tenham acesso aos recursos e apoios de que necessitam, e para que a sociedade continue a evoluir em direção a uma inclusão genuína e significativa (CASTRO e REGATTIERI, 2009).

Para que a escola promova inicialmente o desenvolvimento e a aprendizagem desses estudantes é necessário implementar uma prática pedagógica coletiva que destaque a importância do envolvimento familiar com a escola. Além disso, são necessárias mudanças de caráter estrutural e metodológico, priorizando metodologias de ensino que se adequem às reais necessidades desses estudantes.

Ainda, a Lei nº 12.764/2012, conhecida como

Lei Berenice Piana, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Dividida em oito artigos, a lei norteia os direitos e benefícios básicos de uma pessoa com TEA, destacando o incentivo à formação e capacitação de profissionais, bem como a pais e responsáveis.

Na área educacional, a lei impõe multas a gestores escolares ou outras autoridades que se recusem a matricular estudantes com TEA ou qualquer outro tipo de deficiência. Assim, a relevância do tema se justifica pelo fato de que, apesar do processo de inclusão estar previsto em lei e dos inúmeros estudos sobre o autismo, ainda existem muitos desafios na Rede Pública de Ensino que dificultam ou impedem a execução da inclusão.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Diferentes conceitos foram atribuídos ao TEA ao longo do tempo, variando conforme a área de pesquisa. Termos como psicose, esquizofrenia, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID) e Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) foram utilizados.

Atualmente, a Neurociência classifica o autismo como uma patologia neurológica, incluindo o autismo, a Síndrome de Asperger e a Síndrome de Rett no termo Transtorno do Espectro Autista (TEA) (CONSENZA e GUERRA, 2011).

No Brasil, há uma carência de estudos epidemiológicos que possam melhor levantar os dados nacionais. Uma pesquisa realizada indicou que os índices de acometimento pelo TEA eram de 27,2 casos a cada 10.000 habitantes (LEVENSON, 2015).

O aumento da prevalência pode estar relacionado a alterações nos critérios de diagnóstico, maior reconhecimento por parte das famílias e da sociedade, e o aumento de serviços voltados para o TEA (VOLKMAR e McPARTLAND, 2014).

Há uma necessidade de desenvolvimento centrado nos saberes teórico, prático, acadêmico e científico, auxiliando o trabalho do professor. O modelo difundido por organizações de pesquisa como o Council for Exceptional Children (CEC, 2009), voltado ao ensino de estudantes com TEA, apresenta um capítulo exclusivo sobre as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos docentes na Educação Especial.

Estudantes com TEA aprendem de maneira diferente, com uma relação diferenciada entre processos cognitivos e funcionamento do cérebro. As informações recebidas geralmente não são totalmente transformadas em conhecimento, e o professor precisa reconhecer as diferenças de cada estudante, que não frequentam a escola apenas para se socializar.

Orrú (2012) ressalta que uma das características mais marcantes no desenvolvimento dos estudantes com TEA são os déficits de comunicação e linguagem, incluindo a ausência de linguagem verbal e seu desenvolvimento tardio. As contribuições de Vygotsky destacam a importância da mediação do professor na aprendizagem e no desenvolvimento de funções psicológicas superiores.

As dificuldades enfrentadas pelos estudantes com TEA são muitas vezes interpretadas pelo grupo social em que estão inseridos. O baixo investimento nos processos de socialização e educação está pautado em uma visão que considera seu nível de desenvolvimento inferior ao de outros estudantes. Assim, o processo educacional deve tentar desenvolver essas insuficiências através da interação social (CRUZ, 2014).

As habilidades dos estudantes com TEA devem ser levadas em consideração para que se desenvolvam plenamente. É nelas que se deve investir para, assim, desenvolver as inabilidades (BASÍLIO e MOREIRA, 2014).

O professor pode contribuir para o desenvolvimento social desses estudantes utilizando todos os recursos disponíveis relacionados à socialização, aquisição de linguagem e comunicação, e adequação de comportamentos (SILVA et al., 2012).

É necessário ter tolerância, paciência, carinho, solidariedade e desenvolver a confiança para que os estudantes se sintam amparados e acolhidos. Para a educação de uma criança autista, deve-se considerar a dificuldade de comunicação e as alterações repentinas de humor (PEREIRA et al., 2013).

No Brasil, há lacunas na formação de docentes que atuam na Educação Especial, principalmente com estudantes com TEA. Azevedo (2017) revisou pesquisas sobre práticas pedagógicas para esses estudantes e concluiu que menos de 20% dos profissionais possuíam

formação específica ou continuada na área da Educação Especial, sem registros de capacitação específica para o TEA.

Essas especificidades, aliadas à falta de uma prática pedagógica direcionada, dificultam uma intervenção adequada, resultando em insegurança por parte dos professores (MATOS e MENDES, 2014).

Professores podem ter dificuldade de desenvolver essas práticas por receio de conversar com os responsáveis, que muitas vezes não aceitam inicialmente que a criança possui um transtorno (BRASIL, 2007).

A criança autista apresenta uma aderência inflexível a rotinas, reagindo com intensa ansiedade a mudanças imprevistas no ambiente (SURIAM, 2010). Cabe ao professor utilizar metodologias diferenciadas para amenizar o estresse causado pela rotina escolar.

Vygotsky (1997) discutia que a aprendizagem ocorre pela troca entre os pares, modificando a zona de desenvolvimento. A participação da família junto à escola é crucial para o sucesso do processo de inclusão do estudante.

Muitas famílias acreditam que não têm responsabilidade no desenvolvimento da criança no Atendimento Educacional Especializado (AEE), esperando que ele ocorra apenas através das práticas pedagógicas realizadas na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas (CONSENZA e GUERRA, 2011).

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização: "Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes vistas à autonomia e independência na escola e fora dela" (BRASIL, 2007, p. 10).

O apoio da família é essencial. Para que essa interação aconteça, é necessário fortalecer as formações, criando uma rede de apoio entre professores, gestores e, principalmente, as famílias, garantindo um retorno efetivo de uma educação inclusiva de qualidade. Além disso, a participação das famílias deve ser vista como uma parte importante na constituição do trabalho e do planejamento educacional (CASTRO e REGATTIERI, 2009).

Entende-se que cabe à escola prestar apoio educacional e informativo às famílias, enfatizando o papel da escola em oferecer apoio social à família, o que influenciará indiretamente no desenvolvimento do estudante (DESSEN e POLONIA, 2007).

Com tudo isto, o transtorno representa um desafio significativo no campo da educação, exigindo práticas pedagógicas adaptadas e estratégias específicas para atender às necessidades únicas dos estudantes com essa condição. As práticas pedagógicas voltadas para o TEA devem ser projetadas para promover o aprendizado, a inclusão e o desenvolvimento das habilidades sociais e acadêmicas dos estudantes. A abordagem pedagógica para o transtorno deve ser individualizada, flexível e baseada em uma compreensão profunda das características e necessidades de cada estudante.

O TEA é caracterizado por desafios na comunicação, interação social e comportamento, que podem se manifestar de várias maneiras. Essas características influenciam diretamente a forma como esses estudantes interagem com o ambiente escolar e com seus colegas.

Muitos estudantes com TEA enfrentam dificuldades na comunicação verbal e não-verbal. É crucial utilizar métodos alternativos e aumentativos de comunicação, como sistemas de comunicação por imagem, aplicativos de comunicação assistiva e o uso de estratégias visuais para reforçar a compreensão e a expressão. A criação de um ambiente com suporte visual, como cronogramas visuais e instruções escritas, pode ajudar a melhorar a comunicação e a compreensão das tarefas (VOLKMAR e McPARTLAND, 2014).

As dificuldades na interação social são comuns entre esses estudantes. A prática pedagógica deve incluir atividades que promovam habilidades sociais e empatia. Isso pode ser feito por meio de jogos sociais estruturados, grupos de habilidades sociais e o ensino explícito de normas sociais e emocionais. Além disso, promover a colaboração entre pares e criar oportunidades para interações guiadas pode ajudar a melhorar as habilidades sociais.

Eles podem apresentar comportamentos repetitivos e dificuldades em lidar com mudanças. Estabelecer rotinas claras e previsíveis,

junto com estratégias para lidar com mudanças e transições, é fundamental. A utilização de reforços positivos e sistemas de recompensa pode incentivar comportamentos desejáveis e ajudar na gestão de comportamentos desafiadores (CASTRO e REGATTIERI, 2009).
Cada estudante com TEA é único, e suas necessidades podem variar amplamente. A personalização do ensino é essencial, utilizando Planos Educacionais Individualizados (PEI) que atendam às necessidades específicas de cada um. As adaptações curriculares e metodológicas devem ser feitas com base nas avaliações contínuas do progresso do estudante e nas suas preferências e pontos fortes (SURIAM, 2010).
Para apoiar o aprendizado e a inclusão de estudantes com TEA, várias práticas pedagógicas são recomendadas como o: Ensino Multissensorial, que incorpora métodos de ensino que envolvam múltiplos sentidos pode ajudar a captar a atenção e facilitar a compreensão. Por exemplo, usar recursos visuais, táteis e auditivos para ensinar conceitos pode ser eficaz (DESSEN e POLONIA, 2007).
Um ambiente de aprendizagem organizado e estruturado, com áreas designadas para diferentes atividades e uma rotina previsível, pode ajudá-los a se sentirem mais seguros e a se concentrar melhor.
A formação contínua dos educadores sobre o TEA e suas características é essencial. Conhecimento sobre as melhores práticas e estratégias para lidar com esses estudantes pode melhorar significativamente a eficácia do ensino.
Trabalhar em conjunto com a família e outros profissionais, como terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, pode proporcionar uma abordagem mais coesa e integrada ao suporte do estudante. A comunicação regular e a colaboração são fundamentais para o sucesso educacional (CONSENZA e GUERRA, 2011).
Ainda, ferramentas tecnológicas, como softwares educativos e dispositivos de comunicação assistiva, podem ajudar a superar barreiras na comunicação e no aprendizado. A tecnologia pode ser uma aliada poderosa para personalizar o ensino e facilitar o engajamento dos mesmos.
As práticas pedagógicas voltadas para o TEA devem ser baseadas na compreensão das necessidades específicas de cada um e adaptadas para criar um ambiente inclusivo e acessível. A personalização do ensino, o uso de estratégias visuais e a promoção de habilidades sociais são fundamentais para o sucesso educacional desses estudantes.
Ao adotar uma abordagem individualizada e colaborativa, os educadores podem ajudar a maximizar o potencial dos estudantes com TEA e promover uma experiência de aprendizagem positiva e enriquecedora.

SOBRE A LEGISLAÇÃO QUE REGE A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial no Brasil é recente. O Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi criado em 1854, a partir do Decreto nº 1.428, para atender pessoas com deficiência visual. Cem anos depois, surgiu a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), contribuindo para um atendimento mais humano e igualitário, abrangendo diferentes tipos de deficiência e incorporando a participação da comunidade em sua estrutura.
Historicamente, pessoas com deficiência costumavam ser deixadas de lado pela sociedade. Na área da Educação, isso também ocorria, pois as escolas de ensino regular atendiam apenas a um grupo seleto, excluindo a população pobre, negra e com deficiência.
Com o tempo, diferentes países começaram a despertar para o assunto. A diversidade, a inclusão e a Educação Especial passaram a fazer parte das discussões relacionadas ao ambiente escolar, visando preservar direitos em garantir uma educação de qualidade que desenvolva a autonomia desses estudantes (CONSENZA e GUERRA, 2011).
Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais. Tais medidas educacionais foram se expandindo, tendo sido primeiramente levadas para os Estados Unidos e Canadá e posteriormente para outros países, inclusive o Brasil (MAZZOTA, 2005, p. 17).
A Emenda nº 12 da Constituição Federal de 1967 trouxe inúmeras mudanças para o país, mas o marco definitivo ocorreu com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 (ARAÚJO, 1997). Em relação ao tema, a Constituição contemplou os artigos 5º, caput; 7º, inciso XXXI; 37, inciso VIII; 203,

incisos IV e V; 208, inciso III; e 227, incisos I e II.
Em 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais discutiu os direitos das pessoas com deficiências, marcando um avanço significativo.
Até então, a inclusão visava apenas integrar esses indivíduos no ambiente escolar.
No entanto, com a Declaração de Salamanca, iniciou-se a discussão sobre a matrícula de estudantes com deficiência em classes comuns e a adoção de metodologias de ensino específicas, transformando o cenário educacional (BRASIL, 2007).
A Convenção da Guatemala, regulamentada pelo Brasil por meio do Decreto nº 3.956/2001, trouxe novas expectativas para a Educação Especial, buscando minimizar os desafios que dificultavam o acesso dos estudantes às escolas:
O grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. O documento ainda discute as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar como a falta de formação continuada dos profissionais da educação, a acessibilidade e o atendimento educacional especializado como fatores que não contribuem para a efetivação do sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2007, p. 3).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, trouxe direcionamentos importantes sobre a Educação Inclusiva:
A partir dessa conceituação, considera-se pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ser restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil (BRASIL, 2007, p. 9).

Outra iniciativa do governo foi a implementação da Portaria Normativa nº 13 de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.
Este programa visa integrar os estudantes disponibilizando equipamentos de informática, mobília e materiais, além de incorporar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Esses recursos servem como ferramentas atrativas que instigam e estimulam o ensino e a aprendizagem, contribuindo significativamente para o desenvolvimento dos estudantes (CONSENZA e GUERRA, 2011).
Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia a dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos.
Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência (MANZINI, 2005, p. 82).
Quando os estudantes com deficiência eram separados dos demais, a inclusão deixaria de existir. Por isso, as políticas públicas devem garantir os direitos desses estudantes para que possam frequentar o ensino regular, promovendo seu desenvolvimento e socialização (ROGALSKI, 2010).
O papel do professor nessa perspectiva é facilitar a socialização do estudante com TEA na sala de aula e ajustar sua metodologia para atender às suas necessidades.
Muitas vezes, esses estudantes acabam se sentindo excluídos das atividades em grupo, o que demanda do professor sensibilidade para integrá-los ao ambiente, já que a socialização é fundamental para o desenvolvimento e aprendizagem.
A legislação que rege a educação especial no Brasil é um conjunto de normas e diretrizes que visam garantir a inclusão, o atendimento adequado e a promoção dos direitos educacionais das pessoas com deficiência. Essa legislação tem evoluído ao longo dos anos para atender às necessidades específicas de estudantes com deficiência e assegurar que eles recebam uma educação de qualidade, em

igualdade de condições com seus pares (CASTRO e REGATTIERI, 2009).
Assim, os principais marcos legais no Brasil foram: a Constituição Federal de 1988 como marco importante para a educação especial no Brasil. Ela estabelece, no artigo 208, que é dever do Estado garantir a educação para todos, incluindo os portadores de deficiência. O texto constitucional enfatiza a inclusão e a igualdade de oportunidades no acesso e permanência na educação.
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996, que é a principal lei que organiza a educação no Brasil, trata da educação especial em seu artigo 58. A lei determina que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, com a utilização de recursos de acessibilidade e apoio especializado. Ela também prevê a formação de professores para o atendimento a estudantes com deficiência.
A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, do Conselho Nacional de Educação define as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Ela estabelece princípios para a educação inclusiva, como a promoção da autonomia dos estudantes com deficiência e a colaboração entre a escola e as famílias (CASTRO e REGATTIERI, 2009).
A Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, e estabeleceu a obrigatoriedade de ensino de Libras nas instituições de ensino. A inclusão de Libras na educação é um aspecto crucial para a promoção da igualdade e acessibilidade para os estudantes surdos (CASTRO e REGATTIERI, 2009).
A Lei nº 10.678/2003, também conhecida como "Lei da Inclusão", alterou a LDB para garantir a oferta de educação especial em salas de aula regulares, enfatizando a necessidade de adequações e recursos especializados para atender às necessidades dos estudantes com deficiência (MANZINI, 2005).
A Lei nº 12.764/2012, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) trouxe avanços significativos, estabelecendo diretrizes para a inclusão de pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida social, incluindo a educação. Ela reforça o direito à educação inclusiva e prevê a garantia de adaptações e suporte necessário para a plena participação dos estudantes com deficiência no ambiente escolar.
O Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/2014, que estabelece metas para a educação no Brasil, incluindo objetivos específicos para a educação especial. Entre as metas estão a ampliação do atendimento educacional especializado e a formação de professores para lidar com a diversidade no ambiente escolar.
Nesse sentido, a educação inclusiva e a legislação brasileira promovem a educação inclusiva, que visa integrar os estudantes com deficiência nas salas de aula regulares. A inclusão deve ser acompanhada por recursos e apoios especializados, como salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio e tecnologias assistivas (MAZZOTA, 2005).
As leis e diretrizes estabelecem que o progresso dos estudantes com deficiência deve ser monitorado e avaliado de forma contínua. As escolas devem adotar práticas de avaliação que considerem as necessidades e potencialidades individuais dos estudantes (CONSENZA e GUERRA, 2011).
A legislação que rege a educação especial no Brasil reflete um compromisso com a inclusão e a equidade no acesso à educação para todos os estudantes, independentemente de suas condições de deficiência. A evolução das normas e diretrizes tem promovido a construção de um sistema educacional mais inclusivo e acessível, com ênfase na formação de professores, na adaptação de recursos e na garantia de direitos.
No entanto, a efetiva implementação dessas leis e a superação de desafios ainda são essenciais para garantir que a educação especial cumpra seu papel de oferecer oportunidades educacionais de qualidade para todos os estudantes.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa destacaram avanços, mas também desafios, especialmente na área educacional relacionada à Educação Especial. Um dos desafios enfrentados no contexto do TEA é a dificuldade em lidar com questões afetivas e de expressão, aspectos que são fundamentais no desenvolvimento de outras crianças com deficiência.
A inclusão de estudantes com o transtorno na educação é de vital importância para a cons-

trução de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao garantir que esses alunos tenham acesso a um ambiente educacional inclusivo, estamos promovendo não apenas seu desenvolvimento cognitivo e social, mas também fortalecendo os valores de respeito à diversidade e de aceitação das diferenças.

Investir na inclusão é investir em uma educação de qualidade para todos, promovendo o desenvolvimento pleno de cada indivíduo e contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde todos tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo.

A inclusão de estudantes com TEA na educação não é apenas um direito, mas uma necessidade para o avanço social e humano. Nesse sentido, é crucial que o professor seja capaz de identificar essas dificuldades e investigar o nível de desenvolvimento do estudante para determinar quais aspectos devem ser trabalhados.

Em relação à Educação Especial como um todo, tem havido um progresso significativo, principalmente em termos de legislação e políticas inclusivas. No entanto, é necessário um maior acompanhamento por parte do governo para garantir que os problemas identificados não persistam, incluindo a disponibilização de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e outros recursos, como mobiliário, materiais e acessibilidade.

REFERÊNCIAS

AMY, M.D. Enfrentando o autismo: a criança autista seus pais e a relação Terapêutica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ARAÚJO, P.F. Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidades. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997, 140f.

AZEVEDO, M.O. Práticas pedagógicas desenvolvidas com alunos com transtorno do espectro autista na escola regular: uma revisão integrativa da literatura. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017, 153 p.

BASÍLIO, A.; MOREIRA, J. Autismo e escola: os desafios e a necessidade de inclusão. 2014. Disponível em: http://refaf.com.br/index.php/refaf/article/viewFile/249/pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Portaria normativa nº 13. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=-com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em: 08 jun. 2024.

CASTRO, J.M.; REGATTIERI, M. Interação Escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

CONSENZA, R.M.; GUERRA, L.B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto alegre, Artmed, 2011.

COUNCIL FOR EXCEPTIONAL CHILDREN. What every special educator must know: ethics, standards, and guidelines for special education. Arlington, VA: Council Exceptional Children, 2009.

CRUZ, T. Autismo e Inclusão: experiências no ensino regular. Jundiaí: Paco editorial, 2014.

DESSEN, M.A.; POLONIA, A.C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, 2007.

LEVENSON, D. Autism in siblings often caused by different faulty genes, study says. Am J Med Genet A. 2015;167 (5): 5-14.

LOPEZ-PISON J.; GARCIAI-JIMENEZ, M.C.; MONGE-GALINDO, L.; LAFUENTEHIDALGO, M.; PEREZ-DELGADO, R.; GARCIA-OGUIZA, A. Our experience with the a etiological diagnosis of global developmental delay and intellectual disability: 2006-2010. Neurologia. 2014; 29 (7): 402-7.

MANZINI, E.J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília, 2005. p. 82-86.

MATOS, S.N.; MENDES, E.G. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementações das políticas educacionais. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 35-59, Jan./Jun., 2014.

MAZZOTA, M.J.S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

ORRÚ, E.S. Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PAULON, S.M.; FREITAS, L.B. de L.; PINHO, G.S. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

PEREIRA, C.A.V.; PEREIRA, C.F.V.; PEREIRA, C.C.V. Autismo Infantil: aplicações do ensino estruturado na inclusão escolar. Rev. Ciunc. Saúde Nova Esperança – Dez. 2013. Disponível em: http://www.facene.com.br/wpcontent/uploads/2010/11/12Autsmo-infantl aplica%C3%A7%C3%B5es-doensino-estruturado-na inclus%C3%A3oeescolar_editado.pdf. Acesso em: 08 jun. 2024.

ROGALSKI, S.M. Histórico do surgimento da educação especial. Revista de educação do ideal Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010, Semestral; p. 3.

SILVA, A.B.B; GAIATO, M.B.; REVELES, L.T. Mundo singular: entenda o autismo. Editora Fontana, 2012.

VOLKMAR, F.R.; McPARTLAND, J.C. From Kanner to DSM-5: autism as an evolving diagnostic concept. Annu Rev Clin Psychol. 2014; 10:193-212.

VYGOTSKY, L.S. Thinking and speech. (N. Minick, Trans.). In R. W. Rieber & A. S. Carton (Eds.), The collected works of L. S. Vygotsky: 1997, Vol. 1. Problems of general psychology (pp. 39-285). New York: Plenum Press.

_____. Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/327-imperial-instituto-dosmeninos--cegos. Acesso em: 10 jun. 2024.